Ata da Sessão Extraor División 03 do Julho 1994. 4ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente (s): Sr. (s) Deputado(s) Salviano Juinaraes ₄ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Secretário(s) Sr(s) Deputado(s)

Às $\sqrt[3]{o}$ horas o $\sqrt[3]{s}$ minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)
- Deputado Aroldo Satake (PDS) Aiu
- Deputado Benício Tavares (PDF)
- Deputado Carlos Alberto (PCB)
- Deputado Cláudio Monteiro (PDT)
- Deputado Edimar Pireneus (PDT)
- Deputado Eurípedes Camargo (PT)
- Deputado Fernando Naves (PDC)
- Deputado Geraldo Magela (PT)
- Deputado GilsonnAraújo (PTR)
- Deputado Padre Jonas (PDT)
- Deputado Jorge Cauhy (PL)
- Deputado José Edmar (PTR)
- Deputado José Ornellas (PL) June
- Deputada Lúcia Carvalho (PT) Aim
- Deputado Manoel Andrade (PTR)
- Deputada Maria de Lourdes (PSDB)
- Deputado Maurílio Silva (PTR)
- Deputado Pedro Celso (PT)
- Deputado Peniel Pacheco (PST)
- Deputada Rose Mary Miranda (PTR)
- Deputado Salviano Guimarães (PDT)
- Deputado Tadeu Roriz (PSC)
- Deputado Wasny de Roure (PT) jum

Terceira Secretaria Diretoria Legislativa Divisão de Taquigrafia e Apoio as Plenário Setor de Thacinitação, Ata e Sumula

We compris

QUIL ATA DAN SESSÃO EXTRADRDINARIA, EM 3 DE JULHO DE 1991.

DIZ - ORDEM DO DIA

Hen 1 - Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 059, do 1991, de autoria da Mesa Dietora, que "institui a concessão de beneficios aos pervidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal e da outras providências." SISOUTIDO

Home-Discussão e votação, em 2º tenuo, do Projeto de Resolução nº 060, de 1991, que "institui o sistema de quotas de verviços para os Deputados Distritais e da outras providências." APROVADO

Parecen do eulator de EGJ, sobre us ouverdons infre entados.

APRIOUNDO em. 41 volos forumaveis, 02 volos contiarios, 03

abolenções e 08 acusónicias.

Regastrant à comoude de autorie de Deputado Salu Joras. Regastran com of idos favorávers, o 8 retos conhârios, o 11 2.3 - COMONI CADO DO PREST DENENA

rio, a realizar se our seguide à ester

2M. ENCERRIMENTO

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do primeiro item da Ordem do Dia.

(O Sr. Secret :)

Ordern do Dia para a segunda sessão extraordinária do dia 03 de julho de 1991.

Item I - Discussão e votação, em segundo turno, do

Projeto de Resolução nº 059 de 1991, que institui a concessão de

benefícios aos servidores da Gamara Legislativa do Distrito Federal,

e dá outras providências. Autoria: Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão.

VADADA

, Com a palavra o Deputado Maurílio Silva.

o SR, MAURILIO SILVA (PTR. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero tecer alguns comentários sobre o capítulo IV "Assistência de Saúde", e gostaria da atengão dos Srs. Deputados, por não concordar com na dayque esta escrito nesse capítulo.

Os artigos 24, 25, 26, 27, 28 a meu ver são inteiramente dispensáveis nessa resolução. White Aqui diz no art. 23: Assistência de saúde a Deputados Distritais e a servidores da Câmara Legislativa . etc.

No art. 24 - 0 credeciamento.

No art. 25 - O custeio de atendimento de saúde caberá integralmente ao servidor.

Pergunto a V. Exar. * para que e que isso serve? Litabalho, teralmente, isso aumenta si to de obr isso aumenta o serviço da Secretaria competente, issunto e não se-

remos beneficiados absolutamente em nada.

Não vou fazer destaque para evitar que duas ou três horas de discussão a mais, mas gostaria que ficasse aqui o registro, $\stackrel{\ \ \ }{\ \ }$ um absurdo que venhamos a fe^p^Mg> ^^ colocar num projeto de resolução alguma coisa que não tem nenhum sentido, não tem nenhum valor, não beneficia absolutamente a ninguém. Na hora de fazer um convênio com um profissional isso é muito simples, e qualquer um pode fazer. O desconto que pode ser conseguido isso aqui é absolutamente insignificante, e pode ser negociado. Terceiro* quando se e atendido por convênio normalmente é wado material de segunda.

Acho que than é um absurdo, não tem sentido. É todo o capítulo IV é dispensável.

E/108.3

Estou aqui com o destaque pronto, mas eAtou dispensando porque tame iria alternar esta sessão por três horas Acho que não devo causar esse transtorno a ninguém destaque está aqui, Le V. Was, desejarem discutir o assunto vamos discutí-lo, Apresento o destaque, mas não gostaria que um assunto desses levarer uma hora productiva discusso. Continuo dizendo que el dispensável, que el é simplesmente sem sentido, que causa muito mais prejuízo, pelo custo do que benefícios. Vou apresentar o destaque, então.

E/108.4

O SR.PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a pa-

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, compreendo perfeitamente as colocações feitas, porque estermendo que estão faltando in formações aos Srs. Deputados, há uma falta de informações, total agril.

Em primeiro lugar gostaria de dizer que a Coordenadoria de Seguridade Social, quando do levantamento dessas questões, fez entrevistas com a grande maioria dos funcionarios desta Casa, e a maioria posicionou favoravelmente a existência do convênio.

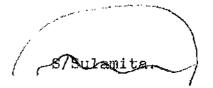
Estou aqui de posse de alguns dados» $\hat{0}$ por exemplo, uma

consulta particular hoje está custando de dez a quinze mil cruzeiros; com o convênio que pode ser feito com n entidades, essa consulta particular cairá para Cr\$ 3.837,00 **Vsso de** acordo com a tabela da Associação Médica Brasileira V de acordo com a Sociedade Brasiliense de Hospitais, de acordo com a Associação Brasiliense de Odontologia, de acordo também com o BRASINDICE, que e organismo que existe e essas tabelas, então acredito que esteja faltando informação, dizer que Uma consulta que custaria de dez a quinze mil cruzeiros cain para Cr\$ 3.837,00 1550 e inocuo, sinceramente nao entendo, bstou citando las fontes de onde tirei esses números, Associação Medica do Brasil, Associação Médica Brasiliense, Sociedade Brasiliense de Høspitais, Associação Brasiliense de Wdontologia, entre outros. Um parto 🕍 🖒 sariana está em torno de quatrocen

Lara/Stein 03.07.91 18h50

E/108.6

tos mil cruzeiros em qualquer hospital; com o convênio, immor passa para 124 mil cruzeíros.



Uma consulta de emergência está em torno de 69 mil cruzeiros; com o convenio cai para 17 mil ruzeiros.

Convenhamos dizer que isso não ajuda, que vero não beneficia é no mínimo falta de informação , Mora, io nós va-

beneficia é no mínimo falta de informação, Agora, a nós vamos ter que discutir nesta Casa propostante o Plano filobal de Geguridade e Saúde da Camara, ftf é outra história, porque o PT tem uma proposta, a Deputada Rose Mary apresentou uma proposta,

o Deputado Benicio Tavares apresentou outra proposta do que al Mas enquento o Jobal de Seguridade e Saúde da Câmara Legislativa poquanto isso não vem, eu entendo ser de bom alvitre
que nos tenhamos um instrumento que minimize os gastos Inclusiva popularios apresentada pelo Deputado Aroldo Satake, som

possibilidade de ser descontado em folha de pagamento. J) izer que isso não tran benefício nenhum, sinceramente, é falta de informação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão.

MARKED

Com a palavra o Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA (PTR. Sem revisão do orador) - Sr.

Presidente, em qualquer lugar que se chegue hoje, em qualquer

clínica pode-se negociar e conseguir descontó consideráveis,

Minica medica é um negócio comum; hospital é um negócio comum,

como outro qualquer da cidade.

O que entendo que esse captulo torna-se desnecessario ou no mínimo, inoportuno. Explico porque no momento em que esta Casa decidir fazer alguma coisa que venha trazer um beneficio maior para o Deputado, para en depedentes e para o de fagi-la, pessoal, staderana não teremos condições porque ja tremos uos comprometido com um plano paqueo, e alguma coisa que diz muito pouso a certamente, teremos

dificuldade de fazer alguma coisa maior.

Acho que este serir o momento de le mar esses convênios que não traz benefício direto nenhum, traz indireto mente,

oportunidade esta Casa reunir/e fazer um planejamento de la putados, assistência de saúde aos dependentes, aos funcionarios da Casa, aos dependentes Deputados, mas uma coisa que realmente pudesse ca todos.)

beneficiar Digamos que si quando se trata de sero vecê vai pagar riteralmente todo mas que a casa viesse a pagar alguma disa que pude:

h : que está ai qualquer um pode negociar diretamente e conseguir descontos consideráveis.

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarãe)—Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) Sr. Presidente, eu particularmente estou muito a vontade para defender este capítulo, porque tenho compulsoriamente que ficar vinculado ao meu órgão de origem, onde de temos um programa de assistência social e de Previdência que se nao é o melhor, eleve insere no rol dos melhores, que é o do Banco do Brasil.

Eu entendo que a avaliação do nobre Deputado Maurílio Silva não corresponde a realidade. Se os convênios são feitos de forma a garantir a qualidade do atendimento pres-

in

tificativa em tirar esse parágrafo, porque ele não traz prejuizo nenhum para os servidores da Casa. É muito diferente os
servidores da Casa for Emindividualmente negociar com um nospital, regociar com um médico, do que a Casa fazer essa negociação na coletivo e oferecer esses serviços aos funcionários,

Portanto, não há nenhum prejuigo financeiro para a Casa,

E/DENISE

Não traz prejuízo de ordem alguma, e se fizermos isso estaremos dando um passo para o atendimento a saúde , um atendi mento social nasse aspecto aos funcionários da Casa, É reto formus inso, possivel garautinud um

atendimento de boa qualidade e tautem mos nesse sentido.

Espero ter convencido V.Exa. e o Sry Secretário a votar no projeto.

to.

O SR PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR, PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.)-Sr. Presignte, gostaria de fazer uma pergunta com relação essa protecto plano de saúde da Câmara Legislativa. Quais serão os médicos habilitados a prestar atendimento aos conveniados ? Quem está habilitado a dun se o médico é competente ou não, se tem ou não condições de prestar um bom trabalho ? Os criterios de localização do consultorio são suficiente para determinar e bom ou may? Reven ponto um funcionário da Câmara pode visitar um imui to bem instalado, com um quadro de Di Cavalcanti na parede, cheirinho de bom ar, flores e no entanto aquele profissional não tem qualificações indispensaveis para um bom atendimen

escolher cuero se os médicos, os dentistas que estado habili tados para ser conveniados com a Camara Legislativa a menos que o Deputado médico com assento nesta Casa * se interesse em fazer esse tipo de verificação.

Agora, Sr. Presidnte, se já existe um convênio, se existe um plano de saúde, esse tera . de ser completo. Não podemos, em hipótese alguma, apresentar um engodo aos nossos funcionários. Afinal de contas a maioria de nossos funcionários recebe salários pequenos e já esta habituada ao atendimento hospitalar da rede pública. Tira-los da rede pública para colocá-los atendimento de convênio, que não vai representar nenhuma melhora, • ou até mesmo representar um ônus ao seu práprio bolso, seria ate um retrocesso na propria esocomia daquele funcionários.

Então, se é um plano de saude vamos fazer uma

realmente

coisa que tenhal embas, amento, que os outros planos de

saúde, la Câmara Federal, do Senado Federal, do Manco do

Brasil, do Executivo, das autarquias em todas instituições.

La pior parte do projeto e não precisariamos ter isso; e totalmente dispensável. Cada larlamentar, cada servidor, cada funcionário poderia perfeitamente optar por um plano qualquer de saúde. Seria muito mais bem servido e teria um ônus muito menor.

Sou a favor da votação pelo destaque, pela supressão dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a pala vra o Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.)-Sr. Presidente, chamo a atenção dos nobres Pares para o ar tigo 21. Sei que não ha tempo para um destaque por escrito, mas gostaria de chamar latenção:

Art. 21 - O beneficiário apresentará à Diretoria de Recursos Humanos, ate o dia 10 de cada mês, copia do reci bo do pagamento da mensalidade para reembolso.

Eu perguntaria para um esclarecimento: vai ter man regulamentação ,

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Vai ter. A Mesa deverá regulamentar. Está previsto na própria resolução.

O SR .PADRE JONAS - Quer dizer que agora não cabe a nos discutir esse assunto.

Termos oportunidade de discutir a regulamentação oferecida pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães)- Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz.

O SR AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidnte, un gostaria de dar uma opinião.

Stillermione

jeito que ést aqui a assistência à saúde de Deputados e servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal
se dará através do credenciamento de profissionais e de convênios .

A meu ver, o problema toda é esse negocio de enti-

da Gâmara Legislativa ten adiso, pod um preço mais reduzido v certos atendimentos particulares, porque ao fazer um convênio.

Peniel Pacheco esteja fazendo uma certa confusão aquil que sa estabelecer o convênto com a Câmara Legislativa concentra a definição do preço das sistema consultas. Então, é óbvio que vai ser um preço menor do que o preço

de mercado convênto. Esta que a vantagem para o ser-

le pode, por exemplo, razor um convênio a dínica odontolgica do Dr. fulano de tal, enclavar estabelecer preço som uma tabela obviamente menor do que a tabela normal 🕳 E a pessoa, funcionário ou Deputado, que for atendido nessa clínica. vai pagar aquela preço W tabela, obviamente o preço do mercado. transferir o dinheiro wado da Camara para intermediário. Por isso, 🖚 a minha preocupação aqui. s com relação 🏚 entidades da . Por elemplo, a) área de saude Chega aqui uma Golden Cross, AMIL, são intermediários da área de saúde, & poderiam fazer nessas condiçoes também um convênio, se a Camara acatasse. por exemplo, os preços dessas entidades, meu receio esse, por isso, disse projeto pro

Fretirar essa palavra "entidadeA da á-

ra.

rea de saúde, ficar so com os profissionais da área de saúde,

Muchum,
sem vprejuizo, porque pode ter uma rede de atendimento, com

acesso mais facilitado, a um preço mais barato, so trabalhado
tuham
res Messo acesso, sabendo obviamente que pagar.

Acho que daria para passar essa proposta aqui.

É o servidor que vai pagar; ele val pagar mais barato do que no

mercado, porque já está acertado o convênio com a própria Câma-

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em votação .

Os Srs. deputados que votarem proprio sim, estarão aprovando a emenda apresentada pelo Deputado Maurilio Silva; os que votarem "não" estarão rejeitando a emenda, © uma emenda supressiva. Os que votarem "não" estarão rejeitando a emenda: apresentada pelo Deputado

Hermione/Alzira 3/7/91 19:05

E111/4

Maurilio Silva.

Srs. Deputados

Solicito ao Sr. Secretario que proceda à chamada dos

(O Sr. Secretario procede a chamada dos Srs. Deputa-

~dos)....

O BR. PRESIDENTE (Balviano Guimações) A emonda...

03.07

19:1©

E.112.1

(Admed)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A emenda está rejeitada por 9 votos a 8, 2 abstençoes e 5 ausências.

O SR. PENIEL PACHECO- questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR, PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador)—

Sr. Presidente, a Câmara conseguiu instituir, agora, em seu trabalho, o famoso "voto de cabresto"— o voto que foi buseadoprontinho para ser apresentado. E a suspensão desta votação me causou certa preocupação, porque se tal precedente foi estabelecido, em votações mais significativas poderá representar um empecilho sério à democracia nesta Casa.

Deixo aqui meu protesto a essa atitude.

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador)-Acho que o Deputado Peniel Pacheco foi extremamente deselegante. Vela relação que temos mantido nesta Casa, e cultivado, esse tipo de obser vação não procede e eu gostaria de fazer uma crítica formal ao nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Nao houve suspensão de votação.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do item 2 da Ordem do Dia.

(0 Sr. Secretario procede a leitura do seguinte:)

"Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 060, de 1991, que institui o sistema de quotas de serviços para os Deputados Distritais, e dá outras providências".

O SR. PRESDIENTE (Salviano Guimarães) - Foram oferecida, emendas, e o Deputado Fernando Naves deverá apresentar seu parecer.

- O SR. PENTEL PACHECO- Pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.
- O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão orador)
 Sr. Presidente, acho que está havendo um equívoco. O Deputado Fernando Naves não é o Relator desta matéria; eu fui Relator desta ma-

Riva

03.07

19:15

teria, mas uma emenda foi apresentada sobre assunto de que eu já ha via tratado anteriormente. Tomo há um acordo de Plenário, eu gostaria que outro parlamentar da Comissão de Constituição a Justiça desse parecer, no caso, o Deputado Geraldo Magela.

E.113.2

Ríva

03:07

19:15

E.113.3

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra, o Deputado Gerido Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT, Sem revisão do orador)
Sr. Presidente, V.Exa. disse que havia duas emendas, ou só recebi

uma. Entrope tíuero. ler a outra emenda para poder emitir parecer.

Uma é da Deputada Lúcia Carvalho...

O SR. PRESIDENTE (Salviano guimarães) - A outra é do Deputado Padre Jonas.

Com a palvra o Sr, Relator,

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foram apresentadas duas emendas, a primeira emenda de autoria de vários Deputados - Lúcia . Carvalho, Maria de Lourdes Edimar Pireneus, Agnelo Queiroz, Was diz o seguinte: ny de Roure e outros -

" As Dideranças dos Partidos ou blocos parlamentares farão juz a quinta parte das cotas estabelecidas no artigo anterior, para cada componente da bancada, até o limite estabelecido para os Gabinetes dos Parlamentares."

Meu parecer é favoravel, nos termos da seguinte subemenda:

" Exclui do texto a expressão até o limite estabelecido para os Gabinetes dos Parlamentares 11.

Eu esclareço. Uma bancada pode passar a ter 6, 7, 8, 10 Parlamentares e não seria justo, se queremos estabelecer a proporcionalidade direta, estabelecer até o limite de cinco quintos. Então, quem tem seis Deputados tem que ter seis quintos; quem tem sete Deputados, tem que ter sete quintos,

Eu sou a favor ijos termos da subemenda.

A segunda emenda, a nº 2, de autoria do nobre Deputado Padre Jonas, que inclui no § 1-, : inciso I, a seguinte redação:

"Copias **erográficas, 3,000 (três mil) unidades, com impressão frente e verso por mes, acumulativa para o mes seguinte, extinguindo-se a cada trimestre." E aí ele adenda o seguinte termo: "Ficando arruivado no serviço gráfico um exemplar de cada original com a respectiva requisição ".

O meu parecer é contrário a menda por entender ser desnecessário ficar arquivado no serviço gráfico um exemplar do solicitado, porque a assinatura do funcionário responsável, que é credenciado para o serviço, já abona por si so o trabalho e responsabiliza o Deputado e o funcionário requisitante pelo serviço solicitado, que é desnecessário na minha avaliação) e nao tem sentido ficar arquivado original, com a respectiva requisição. Mão considero a justificativa plausível para tal. Então, o meu parecer é contrario.

São estes · • os pareceres do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a pa lavra o Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador)
Sr. Presidente, não obstante terem sido muitas razões que me le
varam a implementar o art. 1º, § 1º, eu gostaria de pedir des

taque desta matéria dada a importância em revor da própria comu
nidade dos Parlamentares se teste trabalho rográfico.

S/CLARICE.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão 🎶



Em votação.

Os Srs. Deputados que pronunciarem par "sim" estarão aprovando o parecer do Relator, os que pronunciarem par "não" estarão rejeitando , sem prejuizo do destaque apresentado pelo Deputado Padre Jonas.

Convido o Sr. Secretário a proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Procede se à chamada.)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guiamrães) - O parecer esta houve aprovado com 11 votos favoráveis, 2 votos contrários da abstensoes e 08 ausências.

Destaque do Deputado Padre Jonas.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura do mesmo.

10 Sr. Secretario procede à leitura do seguinte:

Riva

03.07

19:25

E.115.2

AΩ	SUBSTITUTIVO	DO	PROJETO	DE:	RESOLUCÃO	M ō	DE 1991.
AU	POPPITIOITAG	טע	FICOULIO	ינוע	VESOUCEVO	TA	レビ エンシエ・

De-se ao Item I, do Parágrafo único do art. 1° , a seguinte redação:

1 - copias xerográficas - 3.000 unidades com im pressão frente e verso por mes, acumulativa para o mês seguinte, extinguindo-se a cada trimestre, ficando arquivado no serviço grá fico um (1) exemplar de cada original com a respectiva requisição.

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com esta emenda dar: 1) um maior con trole ao serviço administrativo; 2) dados para futuras pesquisas e, 3) transparências aos trabalhos executados.

Sala das Sessões, 3 de julho de 1991.

Deputado PADRE JONAS

-Líder do RDT-

at Brefagen

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador)-Sr. Presidente, Srs. Deputados, há procedência Quanto destaque, porque assim teremos condição de fazer a avaliação, conforme foi explicado aqui na emenda, e também preservar a condição do funcioná-Ja tivemos reclamações de funcionários de que às vezes chegam • exigindo que sejam tiradas cópias de documentos que não pessoas têm nada a ver com serviço legislativo. Sendo arquivada uma copia junto com a requisição, o funcionário vira a pessoa que solicitou a copia, mas ela) responsvel. A Secretaria responsvel pela rea como atribuir responsabilidade pessoa que impôs funcionrio waxa que fosse tirada ' cpia.

Então, no meu entendimento, procede a emenda do Deputado Padre Jonas.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador)
Sr. Presidente, na intervenção do Deputado Fernando Naves está exatamente a justificação para a rejeição da emenda. S.Exa. usou o termo "tirar cópias de materiais estranhos à atividade parlamentar". Isso é tão subjetivo que pode dar inclusive argumentar para se começana coibir tirar cópias.

O Parlamentar é responsável, ele faz a designação de quem é que se responsabiliza pela assinatura das cópias, e essas cópias são de absoluta responsabilidade do Parlamentar. Não cabe nenhum tipo de censura, nenhum tipo de controle, a não ser da quantida de, porque podemos tirar as cópias que a Casa estabelece. Como é que se vai estabelecer que cópias são estranhas à atividade parlamentar?

Daqui a pouco vai ser o juizo do funcionário que lá estiver estabelece o que pode e o que não pode vivar cópias.

Vejo exatamente este risco, e por isso sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Agnelo Quiroz.

O SR, AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador)Sr. Presidente, a emenda do nobre Deputado Padre Jonas introduz um
fato novo Ma Casa. e talvez em qualquer Casa Legislativa do País,
porque, pelo que me consta, não existe essa possibilidade no Congresso Nacional. Não temos corno fazer um controle desse tipo, nem saber
o que se deve ou não xerocar. Se existem as cópias. Es Deputados são
responsáveis por elas e devem responder, se necessário, a qualquer
tipo de interpelação que ocorra, publicamente, é óbvio. Não dá para

É precedente que terá de ser estendido a todas as ques tões rigorosamente, se isso passar a vigorar na Casa, e serei o primeiro a pugnar que vai ter que ser assim.

Não tem sentido algum, esta é uma Casa parlamentar.

Louis ques

Se há cotas para o Deputado, ele as utilizale responde por elas.

Agora, montar um SNI aqui dentro é que não dá certo...

Riva 04.07 19:30

E.116.2

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador) - Realmente, Sr. Presidente, nobres pares, a coisa tomou aspecto totalmente desvirtuado. O zelo pela Casa me devora. É isso mesmo. Digo muitas verdades sorrindo, < e depois, talvez, quando colocarem a cabeça no travesseiro, vão perceber o que quero dizer.

Ninguém está aqui para criar SNI, porque nao sou disso.

Simplesmente a emenda tem a finalidade de salvaguandar o próprio companheiro de críticas infundadas, corno já houve no início desta Casa, quando distincia que fulano de fal tirou cópias de coisas que nao tinham nadivida esta divida esta

Queremos salvagumadar o proprio funcionario, volvenão vai rejeitar essa ou aquela matéria.

Riva

04.07

19:30

E.116.3

A Casa merecer ter inst**ún**mentos adequados para se defender e defender a própria classe,

Esta é a razão.

E.116.4

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em votação.

Os Srs. Deputados que tittf pronunciarem ty[^ "sim" estarão aprovando a emenda apresentada pelo Deputado Padre Jonas; os
que pronunciarem "não" a estarão rejeitando.

Solicito ao Sr. Secretário proceda à chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se a chamada.)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A emenda apresentada está rejeitada, por 8 votos a 4; A abstenções. Houve 8 ausencias,

Convoco os Srs. Deputados para a sessão extraordinária a realizar-se logo em seguida a esta.

Esta encerrada a presente sessão.

- (Levanta-se a sessão.)

MESA

Presidente Salviano Guimarães (PDT)

Vice-Presidente Tadeu Roriz (PTR)

12 Secretário Pedro Ceiso (PT)

29 Secretário José Ornellas (PL)

3º Secretário Benício Tavares (. _) ₹DT

Suplentes

José Edmar (PTR)
Fernando Naves (PTR)